

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.327 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2001

Tuma quer investigar negócios de TDAs com fundos de pensão

Empresário Vicente Pedrosa afirma que não tem relação de amizade com o presidente do Senado, Jader Barbalho, e desmente haver negociado títulos da dívida agrária com o ex-banqueiro Serafim Moraes e sua mulher, Vera Campos



Informações colhidas por Tuma (E) de Vicente Pedrosa levam a suspeitas sobre operações dos fundos de pensão

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma, pediu ao Ministério da Previdência que investigue possíveis operações irregulares dos fundos de pensão das estatais com títulos da dívida agrária (TDAs). Tuma tomou essa decisão depois de ouvir ontem o empresário Vicente Pedrosa, que negou ter negociado TDAs com o ex-banqueiro Serafim Moraes e sua mulher.

PÁGINA 3

CPI examina financiamento de ONGs por estrangeiros

PÁGINA 4

Iris alerta para crescimento da violência nas cidades

PÁGINA 2



Comissão vai apurar socorro a bancos

A Comissão de Fiscalização e Controle decidiu ouvir Tereza Grossi e toda a diretoria do Banco Central à época para debater o socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

PÁGINA 5

Cinema ainda longe da TV

As leis do mercado mostram-se insuficientes para integrar o cinema à TV, na opinião do diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros. Já o cineasta e diretor da Rede Globo Daniel Filho considera que a colaboração entre os dois setores deve ser estimulada e que a maioria das emissoras não tem como realizar produções próprias.

PÁGINA 6



Daniel Filho participou ontem de audiência na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática

Iris alerta para o aumento da violência

Assassinatos de clientes de bancos estão se tornando comuns em Goiânia, diz ele. Pesquisa feita em dez capitais mostra que 50% dos moradores já deixam de sair à noite temendo por sua segurança

Exibindo da tribuna recorte do jornal *O Popular* com fotos de seis clientes de bancos assassinados nos últimos três meses, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez na manhã de ontem discurso em tom de alerta sobre o aumento da violência. Segundo ele, antes restrito aos bairros afastados e pobres, o crime ampliou seu raio de ocorrência e hoje atinge a classe média "no coração de cidades outrora tranquilas, como Goiânia, onde muitas pessoas têm sido assaltadas assim que deixam as agências bancárias".

— Não é segredo para ninguém que a criminalidade urbana em nosso país chegou a um tal nível que muitos duvidam se o poder público ainda será capaz de colocar freios no seu crescimento assustador — disse Iris.

Conforme o parlamentar, diante do temor da população goiana, o governador Marconi Perillo (PSDB) teria mobilizado 600 homens no policiamento perto das agências de bancos. Ainda assim, mais dois clientes foram assaltados somente na última terça-feira. O senador lembrou que o crime avança em Goiânia



Iris questionou o desarmamento, que poderia, no seu entender, prejudicar os "cidadãos honestos"

no momento em que o Rio de Janeiro elimina 100 mil armas.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que Goiás era um estado de criminalidade reduzida ao tempo em que ele e Iris exerceram seus mandatos de governadores. Perillo, afirmou, está criando um clima de agressividade. Recentemente, chegou a fechar uma emissora de rádio para evitar a divulgação de críticas ao seu governo, segundo Maguito.

— Em Goiás, se o governo federal não agir, o crime não vai dimi-

nuir — afirmou Iris.

Para o senador e ex-ministro da Justiça, embora esteja alcançando em Goiás índices alarmantes, a criminalidade e a violência são um fenômeno dramático em nível nacional. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo revela que 50% dos moradores de dez capitais simplesmente evitam sair de casa à noite temendo por sua segurança. De

acordo com a mesma pesquisa, 10% dos entrevistados já tiveram de se proteger de tiroteios e 20% presenciaram arrombamento de casas. Traumatizados, 43% acreditam que é justo usar a violência para defender a si mesmo ou a família.

— É preciso repensar a idéia de desarmar os cidadãos honestos enquanto os bandidos estão cada vez mais armados — completou o senador Iris Rezende.

Para senador, plano não funcionou

O senador Iris Rezende defende a adoção de um novo projeto nacional de combate à violência, baseado em medidas concretas adotadas em parceria com os estados e municípios. Para ele, decorrido um ano, o Plano Nacional de Segurança Pública anunciado pelo governo federal não surtiu os efeitos anunciados. Ele também lamentou o atraso do Código Penal em vigor, que não ofereceria um corpo de normas capaz de dar à polícia e à Justiça instrumental jurídico para agir adequadamente.

Outras causas para o crescimento da criminalidade seriam, para ele, o desemprego, o êxodo rural, a desestruturação familiar, a má qualidade da escola pública, o estímulo da TV, o tráfico de drogas, o despreparo e a corrupção da polícia, além da ineficiência e corrupção da Justiça e do sistema penitenciário.

O senador Tião Viana (PT-AC), em aparte, mencionou o plano de cargos e salários dos policiais do Acre como exemplo de política adequada para a segurança. Naquele estado, um soldado da PM ganha R\$ 1,2 mil por mês e um coronel, R\$ 6 mil.

Maguito Vilela protesta contra fechamento de emissora em GO

A decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de fechar a Rádio K do Brasil, emissora AM que opera em Goiânia, motivou ontem protestos em Plenário do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Além de classificar o ato de "arbitrário", Maguito levantou a suspeita de questões políticas estarem por trás da medida, que teria sido adotada após a veiculação de críticas à atuação do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

— Faz dez dias hoje que a Anatel lacrou os microfones da Rádio K do Brasil, líder de audiência no es-

tado — informou, tachando a atitude de "agressão à democracia e à liberdade de expressão".

Embora a agência tenha alegado problemas técnicos para justificar a medida, já aplicada outras vezes à emissora, Maguito considera plausível a interpretação "de que há conluio político entre o governador e o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para calar a voz do jornalismo independente e sério".

Na sua opinião, se o fechamento da emissora persistir, ficará clara a motivação política da iniciativa. "É por respeitar o ministro que faço o



Na opinião de Maguito, fechar a Rádio K do Brasil foi um ato de "agressão à democracia"

apelo para que interceda e suspenda a decisão inexplicável da Anatel", declarou. Segundo Maguito Vilela, o jornalismo crítico sempre marcou a trajetória da Rádio K do Brasil, da qual foram alvo, inclusive, sua administração e a do senador Iris Rezende (PMDB) à frente do governo de Goiás. Os protestos de

Maguito tiveram o apoio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

PATRIMÔNIO

Maguito voltou a comentar a concessão do título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela Unesco, à cidade de Goiás, ex-capital do estado. O processo, informou, foi iniciado na época em que ele ocupava o cargo de governador. "Essa decisão tem grande significado para o povo goiano e deve atrair mais turistas e divisas", comentou. Em aparte, Suplicy relatou recente visita ao município homenageado, afirmando que, ao conhecer suas belezas, teve certeza do merecimento do título. "Cumprimento ao povo da cidade por ter alcançado esse prêmio", disse ele.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Empresário nega venda de TDAs a casal que o denunciou

Em depoimento ao corregedor-geral do Senado, Vicente Pedrosa afirma que jamais recebeu recursos referentes a títulos da dívida agrária do ex-banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes ou de sua mulher, Vera Campos

Em depoimento ao corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o empresário paraense Vicente Pedrosa negou ter feito qualquer operação com títulos da dívida agrária (TDAs) com o ex-banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e sua mulher, Vera Campos. Tuma afirmou que vai promover a acareação entre Pedrosa, Serafim e Vera, assim que as informações bancárias e fiscais dos envolvidos, que tiveram o sigilo quebrado pelo Senado esta semana, tiverem sido analisadas.

— A única forma de saber se houve a operação é seguir o rastro do dinheiro. Vamos esperar os resultados da quebra do sigilo para então promover a acareação — disse o corregedor, que não descartou a possibilidade de realizar a acareação ainda em julho.

Segundo Tuma, no depoimento, Pedrosa negou que tenha recebido depósitos de Vera por negociação de TDAs. Mas, para justificar a possível transferência de recursos em seu favor, afirmou que pode ter feito transações na época com Vera, que trabalhava como corretora junto à Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

Vicente Pedrosa declarou ainda que não se encontrou com o

senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no Hotel Hilton no dia 12 de dezembro de 1988 para negociar TDAs, como teriam informado Serafim e Vera.

O advogado de Pedrosa, Heraldo Machado, tentou desqualificar a versão apresentada pelo casal argumentando que o valor da negociação revelado pelo casal é superior ao valor de face dos TDAs, que costumavam ser negociados com deságio de 70% àquela época. “Essa é uma história sem pé nem cabeça”, disse Machado.

Ele confirmou que Pedrosa teria autorizado a um corretor a negociação dos TDAs de sua fazenda, que estaria com situação fundiária conturbada, invadida e ameaçada por grileiros. O seu cliente, porém, não sabe se os TDAs foram negociados diretamente com a Portus (fundo de pensão da extinta estatal



O corregedor do Senado, Romeu Tuma, pretende acarear Pedrosa (D) com o casal que o acusa de ter negociado os títulos depois revendidos à Portus

Portobrás) ou com terceiros, que, então, repassaram os títulos para o fundo de pensão. Mais tarde, os títulos foram considerados nulos, frutos de fraude.

Assim, Pedrosa sustentou também que os TDAs da fazenda Paraíso não seriam fraudulentos. Para isso, disse o advogado, Pedrosa ofereceu todos os documentos que demonstram a cadeia dominial da propriedade, localizada no Pará.

Vicente Pedrosa diz não ter amizade com Jader

No depoimento ao senador Romeu Tuma, o empresário Vicente Pedrosa negou ter amizade com o presidente do Senado, Jader Barbalho. Segundo Tuma, Pedrosa disse que, quando foi candidato a prefeito em sua cidade (Igarapé-Açu/

PA), Jader esteve presente para fazer um comício.

O advogado de Pedrosa, Heraldo Machado, também garantiu que seu cliente não tem relação de amizade ou de negócios com o presidente do Senado. “Eles apenas se conhe-

cem, mas isso não indica que tenham amizade íntima. Isso só pode ter sido criado para atingir o senador Jader Barbalho”, afirmou Machado, que informou que seu cliente ofereceu a Tuma seus sigilos bancário e fiscal.

Romeu Tuma pede à Previdência que investigue irregularidades

As informações colhidas no depoimento do empresário paraense Vicente Pedrosa sobre negociação de títulos da dívida agrária (TDAs) levaram o corregedor-geral Romeu Tuma a enviar ofício ao ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, para investigar possíveis operações irregulares dos fundos de pensão das estatais com TDAs.

Segundo Tuma, as informações reunidas levam à suspeita de que

os fundos de pensão compravam os TDAs com deságio de 70%, mas os títulos eram escriturados em seu patrimônio pelo valor de face. A diferença, então, seria rateada entre os autores da fraude.

— Há um indício forte de irregularidade que deve ser investigado pelo órgão competente, que é a Previdência — afirmou Tuma, que revelou que o major Dourado, que prestou serviços no Palácio do Planalto na época do ex-presidente João Baptista Figueiredo, apa-

rece como intermediador de negociações com TDAs junto aos fundos de pensão.

Os títulos referentes à fazenda Paraíso, de Vicente Pedrosa, por exemplo, foram parar nas mãos da Portus, fundo de pensão dos funcionários da extinta estatal dos portos, a Portobrás. Mais tarde, os títulos que não foram declarados nulos puderam ser usados pelos fundos de pensão no processo de privatização de diversas estatais.

Luiz Otávio elogia trabalho do Tribunal de Contas da União

Ao comentar, em discurso, a palestra proferida pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Humberto Souto, na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) destacou os resultados que o TCU vem obtendo na fiscalização e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos federais.

— O TCU tem trabalhado de forma responsável, inclusive na investigação de denúncias e representações que resultaram em aproximadamente três mil condenações por irregularidades e no envio de cerca de 450 processos, nos exercícios de 2000 e 2001, ao Ministério Público Federal — disse o senador.

Segundo Luiz Otávio, no processo de privatização das empresas estatais e na concessão de serviços públicos, o TCU tem desempenhado papel de relevo e conseguido resultados melhores que os inicialmente previstos pelos órgãos governamentais. O senador lembrou que, nas privatizações das bandas C, D e E da telefonia celular, os estudos do tribunal foram definitivos para melhorar a avaliação feita pela

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e que, destacou, resultaram em um acréscimo de cerca de R\$ 1,6 bilhão nos preços mínimos.

O senador acrescentou que, durante a palestra, o presidente do TCU disse que o tribunal continua acompanhando de perto a atuação das agências reguladoras — Anatel, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de Energia Elétrica (Aneel) — com a intenção de verificar a conduta dessas entidades nos serviços prestados ao consumidor.

Outro fato destacado pelo senador foi a avaliação financeira feita pelo TCU por ocasião da privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), quando o tribunal identificou irregularidades nos

trabalhos de avaliação e, em tempo recorde, exigiu que o Banco Central aplicasse multa numa das empresas avaliadoras, informou.

— Em inúmeros casos, a ação firme e séria do TCU tem corrigido erros ou distorções no sistema de privatizações. Entre eles, podemos lembrar os casos da Usiminas, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Petroquisa — afirmou o senador.



Segundo Luiz Otávio, o TCU enviou 450 processos ao Ministério Público desde 2000

Arlindo Porto elogia Fundação Dom Cabral

Os 25 anos de atividades da Fundação Dom Cabral, que se dedica ao aprimoramento profissional dos executivos brasileiros, foram registrados ontem, em Plenário, pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). Ele informou que em 9 de agosto, data da comemoração do aniversário, será inaugurado um novo *campus* da instituição na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A solenidade contará com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo anunciou o senador.

Arlindo Porto ressaltou que a fundação tem contribuído para suprir o mercado de profissionais mais qualificados para gerenciar as empresas brasileiras. A instituição, segundo disse, foi qualificada pela revista



Arlindo: entidade é renomado centro de educação empresarial

Exame como o mais renomado centro de educação empresarial. “O diferencial capaz de garantir a sobrevivência no ambiente empresarial hoje existente é a competência para enfrentar a competição cada vez mais acirrada”, afirmou Arlindo, assinalando que “a competência em gestão coloca a imperiosa necessidade da educação continuada”.

O senador disse ainda que, neste momento, a fundação está dando um salto de qualidade em sua estruturação, constituindo-se como Centro Internacional de Tecnologia de Gestão. O projeto está sendo viabilizado com a parceria de 33 empresas, algumas de grande tradição e peso na economia brasileira, como a Acesita, Eletrobrás, Petrobras, Rhodia, Siemens e Varig, entre outras.

— Para a Fundação Dom Cabral, a implantação de um centro internacional de gestão e a inauguração do novo *campus* representam a conquista de novos diferenciais competitivos, entre os quais a geração de tecnologia em gestão empresarial, inteligência em unir e disponibilizar soluções integradas e a elevação a um padrão internacional de referência em tecnologia empresarial — comentou Arlindo Porto.

Mozarildo diz que CPI investiga recursos do exterior para ONGs

Entre irregularidades já apuradas, senador destaca aquisição de terras, de forma irregular, pela Associação Amazônia

No segundo semestre, os trabalhos da CPI que investiga a atuação das organizações não-governamentais serão direcionados para as instituições financiadas por corporações estrangeiras, informou ontem em Plenário o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), presidente da comissão parlamentar de inquérito.

Ao fazer um balanço das atividades do órgão, ele mencionou que, dentre as várias denúncias de irregularidades apuradas pela CPI, destacam-se as relativas à ONG Associação Amazônia, que adquiriu da população ribeirinha, de forma irregular, mais de 172 mil hectares de terra em Roraima, e lá está desenvolvendo ações contra os interesses do estado e incompatíveis com sua finalidade. Segundo Mozarildo, esse problema não está localizado apenas na



Mozarildo Cavalcanti faz balanço da CPI das ONGs

Amazônia, pois têm chegando à CPI informações da Assembléia Legislativa do Paraná sobre a atuação ilegal de ONGs que também lá estariam comprando terras irregularmente.

Mozarildo disse que o poder público não tem qualquer controle sobre as atividades dessas ONGs, principalmente porque não há qualquer legislação específica para fiscalizá-las. Ele pediu a transcrição, nos Anais, de dois estudos realizados pela Consultoria Legislativa, em que, observou, está caracterizado como as ONGs atuam no país sem restrições.

— Quero registrar minha preocupação com a atuação dessas ONGs, principalmente as financiadas por entidades internacionais, porque entram e saem do país à vontade, desenvolvem atividades comprovadamente irregulares, como a Asso-

ciação Amazônia, e o poder público não tem nenhum supervisionamento sobre elas — frisou o senador.

Mozarildo Cavalcanti fez um apelo para que as assembleias legislativas estaduais, a população em geral e as próprias ONGs que atuam corretamente no país colaborem com o trabalho da CPI, encaminhando suas denúncias à comissão.

— O que queremos fazer nessa CPI não é uma caça às bruxas, não é ter uma atitude preconceituosa, mas fazer um trabalho sério e um diagnóstico completo sobre quantas são, como são, como agem, como são financiadas e o que as ONGs levam do Brasil — salientou o senador.

Em aparte, o senador Nova da Costa (PMDB-AP) alertou ao governo que, com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a atenção sobre a segurança da região deve ser redobrada, principalmente no que diz respeito à atuação das ONGs.

Arquivamento de projeto que dividia Rio Grande do Sul tem aplauso de Emilia

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) associou-se ontem a documento divulgado pelo governo do Rio Grande do Sul comemorando o arquivamento, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de autoria do então deputado Caio Riela (PTB-RS) que convocava plebiscito para que os gaúchos opinassem sobre possível divisão, pela metade, do estado do Rio Grande do Sul.

Para a senadora, o arquivamento definitivo do projeto representa a valorização de uma posição constitucional de defesa daquele estado. “O projeto de divisão do Rio Grande do Sul era inoportuno, equivocado e não tinha base na realidade nem na vontade dos gaúchos”, afirmou Emilia. Para a senadora, a divisão traria perdas de arrecadação tanto para o Rio Grande do Sul quanto para o novo estado.

Lembrando que o Rio Grande do Sul é um estado tradicional e que, ao longo da história, apresentou contribuição positiva para a formação da nação e do povo brasileiro, Emilia afirmou que o governo estadual vem buscando superar os estágios de desigualdade no desenvolvimento gaúcho, em vez de seguir pela via do separatismo. A senadora pediu que o novo ministro da Integração Nacional, senador Ramez Tebet, examine projetos do governo gaúcho que lhe foram apresentados.



Para Emilia, proposta era inoportuna e equivocada

Dutra denuncia pressões do PPB contra deputada petista de Santa Catarina

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), falando pela liderança de seu partido, denunciou ontem uma tentativa de intimidação promovida pelo PPB contra a deputada estadual catarinense Ideli Salvatti (PT), em virtude de “sua atuação como presidente de uma comissão parlamentar de inquérito que investigou crimes de sonegação fiscal no estado e cujas conclusões envolvem diversos políticos nessas fraudes”.

Como represália ao trabalho da deputada à frente da CPI, acrescentou, o PPB entrou com representação na Mesa da Assembléia Legislativa catarinense pedindo a cassação do mandato da parlamentar petista por quebra de decoro. “É uma tentativa clara de intimidação, mas essa pressão não dará certo e a maioria dos deputados da assembleia, temos certeza disso, rejeitará essa representação”, afirmou.

— Já vimos outras tentativas para tentar impedir a atuação firme e competente de deputados do PT, mas podem tirar o cavalo da chuva que essa intimidação não dará resultado — destacou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) transmitiu a Dutra sua solidariedade e o repúdio à tentativa de cassar o mandato da deputada. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se solidário à parlamentar.



Assembléia catarinense rejeitará representação, afirma Dutra

Suassuna pede valorização dos servidores

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pregou ontem em Plenário a adoção de uma política de valorização dos servidores públicos, atualmente sujeitos em sua maioria à instabilidade, à falta de qualificação e aos baixos salários, enquanto os “príncipes do poder” e “superburocratas”, conforme afirmou, manipulam verbas, contingenciam o orçamento e definem prioridades, segundo ótica que não seria a do povo brasileiro.

Suassuna lamentou que um modelo de serviço público, bem-sucedido por décadas, tenha sido desmantelado, inicialmente pelo governo Collor e depois pelo governo Fernando Henrique, que congelou salários e o próprio funcionamento da máquina estatal. Para Suassuna, soa muito estranho que essa política de desarticulação tenha sido adotada em nome do ingresso do Brasil no Primeiro Mundo, quando países como os Estados Unidos e a França mantêm os seus serviços públicos com bons salários e bom equipamento.

Como mau exemplo brasileiro, o senador citou o salário de R\$ 180,00 pago aos funcionários do porto e do aeroporto do Rio de Janeiro que trabalham na repressão ao contrabando. O senador também leu *e-mail* recebido de um professor universitário substituto que não consegue emprego, apesar de ter feito doutorado no exterior custeado com recursos públicos. Engenheiro agrônomo, lecionando na Universidade Federal de Viçosa, Mauro Antônio Homem Antunes calcula que o Estado já gastou R\$ 450 mil em seus cursos de graduação e pós-graduação, mas não consegue aproveitar o capital intelectual que formou, disse o parlamentar.

Suassuna também citou como distorção no serviço público o não-envio de cestas básicas e carros-pipa aos municípios da Paraíba atingidos pela seca, apesar da decisão do governo e da liberação de verbas.

— Para mim, deixar de levar abastecimento de água a populações sedentas, mais que ineficiência, é descaso, é menoscabo, é frieza, é impudência. E isso não podemos tolerar — afirmou.

O senador fez questão de explicar a natureza e o tom de suas críticas. Segundo Suassuna, por mais comprometido que um parlamentar tenha com a governabilidade do país e o sucesso de políticas públicas, não pode se calar diante de fatos que lhe provoquem indignação. Ele distinguiu o apoio “genérico” que deve ao governo da postura independente que deve ter em defesa dos cidadãos que o elegeram.

Suassuna, presidente da CFC, manifesta preocupação com soldados que estão no Timor Leste



Comissão de Fiscalização ouvirá novos depoimentos sobre ajuda a bancos

CFC também quer saber as razões da recente demissão da secretária de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento assinado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e outros senadores de oposição convocando a diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, para debater o socorro dado aos bancos Marka e FonteCindam. Além da atual diretora, o requerimento pede o comparecimento de todos os membros da direção do BC que elaboraram, na época, o chamado "voto genérico" que resultou na ajuda aos dois bancos.

A ajuda do BC aos bancos, esti-

mada em US\$ 1,5 bilhão, foi feita para cobrir compromissos assumidos por eles em moeda estrangeira. Na época, a direção do BC justificou o socorro alegando "risco sistêmico", que poderia acarretar a falência em série de várias instituições bancárias.

Também foi aprovado requerimento apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitando convites ao ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, e à ex-secretária de Previdência Complementar do ministério, Solange do Amaral. Solange foi demitida depois de

notabilizar-se por denúncias contra fundos de pensão.

Para Jefferson, "a comissão tem o direito de saber por que razões houve a demissão". Ele sugeriu que o ministro e a ex-secretária compareçam à CFC em datas distintas, "para evitar constrangimentos".

Audiência vai examinar situação da tropa no Timor

Foi aprovado ainda, na reunião de ontem, um requerimento apresentado pelo presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), determinando a realização de audiência para

saber por que os 80 soldados brasileiros que estão no Timor Leste têm passado todo tipo de necessidade. O senador lembrou que esta é a terceira leva de soldados deslocados para aquele país asiático, mas a primeira remessa de recursos ainda não foi liberada.

Suassuna salientou que os soldados trabalham na segurança do líder timorense Xanana Gusmão, mas recebem comida do Exército português e telefonam graças à cortesia do Exército canadense. O parlamentar frisou que não recebeu a denúncia do Exército brasileiro, mas de parentes de soldados que lá estão.

O presidente da CFC comuni-

cou ainda ao Plenário que, com base em parecer da Consultoria Legislativa, não acataria o requerimento apresentado pelos senadores Heloísa Helena, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra (PT-SE) e Paulo Hartung (PPS-ES) pedindo o depoimento do auditor do BC Abraão Patrui Júnior. O auditor dispôs-se a depor no Senado sobre o desvio de recursos do Banco do Estado do Pará, o chamado "caso Banpará". De acordo com o parecer da Consultoria Legislativa, não cabe à CFC "tratar de matéria atinente a atos relacionados com governos estaduais", cuja apuração caberia, no caso, à Assembléia Legislativa do Pará.

Senadores analisam relatórios do Tribunal de Contas da União

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) analisou ontem 27 avisos e documentos diversos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (Comdepi), o TCU determinou o desconto de R\$ 1,49 milhão — a preços de março de 1994 — nos próximos pagamentos referentes às obras de construção da barragem de Pedra Redonda, no município de Conceição do Canindé. A CFC pediu informações ao tribunal sobre se houve o desconto no valor dos pagamentos, referente a valores pagos a mais em parcelas anteriores. Também quis saber sobre o possível aproveitamento da barragem para irrigação.

A CFC parabenizou o TCU pela auditoria operacional realizada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O tribunal sugeriu o aumento da capacidade de fiscalização do Ibama e a inclusão de mais recursos para os convênios de fiscalização. Os resultados serão encaminhados ao Ministério Público.

A comissão pediu informações ao TCU sobre as providências adotadas quanto ao ressarcimento de R\$ 1,2 mil pago a mais pela

construção de muros em duas escolas municipais de Ceará-Mirim (RN).

A CFC aprovou a auditoria feita em vários órgãos federais na Paraíba e também o relatório sobre a Retribuição de Adicional Variável (RAV), composta por multas e correção monetária sobre tributos e contribuições administradas pela Secretaria de Receita Federal. Também foram aprovados os relatórios das atividades desenvolvidas pelo tribunal no primeiro trimestre de 1997, terceiro trimestre de 1999 e segundo trimestre de 2000.

Arquivadas auditorias em embaixadas

Foram arquivadas as auditorias realizadas nas embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur (Malásia), Cingapura (Cingapura), Bangkok (Tailândia) e Nova Delhi (Índia) e a empreendida nas embaixadas em Helsinque (Finlândia), Kiev (Ucrânia), Ancara (Turquia) e Atenas (Grécia). Também foram para o arquivo os avisos de três decisões normativas internas do TCU.

A comissão determinou o arquivamento das auditorias realizadas



Comissão de Fiscalização e Controle quer aprofundar exame da ajuda aos bancos Marka e FonteCindam

na Escola Superior de Agricultura de Mossoró (RN); no programa mato-grossense do Sistema Nacional de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais (Prevfogo); no perímetro de irrigação de Boacica (AL); na Secretaria de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP); na construção do Centro de Apoio aos Romeiros de

Juazeiro do Norte (CE); na Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; nas obras e serviços complementares da eclusa de Jupia, no Rio Paraná; na Procuradoria da Fazenda Nacional no Amapá e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no estado do Piauí e no estado do Amapá.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista da decisão do TCU

sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sobre a auditoria feita em vários órgãos federais em seu estado. Já o senador Wellington Roberto (PMDB-PB) pediu vista da auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e divisa de Goiás com o Distrito Federal.

Produtor defende lei para integrar televisão e cinema

Segundo Leonardo Barros, diretor da Conspiração Filmes, emissoras de TV devem ser obrigadas a exibir filmes produzidos no Brasil

A integração entre televisão e cinema requer a interferência do legislador, porque as leis do mercado têm-se mostrado insuficientes para que ela se concretize. Essa foi a opinião expressa pelo diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros, durante audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado, que também contou com a participação do diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho.

Leonardo Barros disse que é a favor da obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais pela TV; da exigência de investimento, pelas emissoras, em co-produções; e de total liberdade para que elas escolham os projetos que irão realizar.

Para o vice-presidente da subcomissão, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a proposta do diretor da Conspiração Filmes "toca em um ponto fundamental". Mas ele admitiu sua preocupação quanto à maneira como se dará a integração cinema/TV.

— Sabemos do peso da TV no comportamento do Congresso. Es-



Daniel Filho, o senador Freitas Neto e o produtor Leonardo Barros, durante audiência pública na Subcomissão de Cinema

tamos com disposição para que o Senado seja a mão capaz de produzir essa aproximação. Porém, não adianta fazer projeto de lei para ele parar no fundo de alguma gaveta. Se houver oposição das televisões, ele não anda — observou.

Daniel Filho disse que a colaboração entre o cinema e a televisão deve ser estimulada "porque é necessária". Lembrou, no entanto, que, depois de 25 anos trabalhando na TV Globo, deixou a empresa para se tornar produtor independente e, nessa tentativa, perdeu cerca de US\$ 420 mil, praticamente tudo que havia ganho durante os anos em que trabalhou na Globo, logo em

seu primeiro projeto, *Confissões de Adolescente*. A característica da programação das TVs foi citada por Daniel como aspecto de grande relevo nesse processo de integração.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) voltou a defender o Congresso como o espaço mais indicado para a discussão de propostas voltadas para a criação de uma indústria do audiovisual. Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ressaltou que "o conteúdo nacional" acabará aproximando, a médio prazo, o cinema da televisão, enquanto Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) demonstrou desconfiança quanto à sensibilidade das autoridades.

Alcântara apóia criação de agência para o cinema

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a divulgação do documento "O Povo do Cinema — Na Busca da Tela", elaborado pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, sobre a situação atual do cinema no Brasil. O documento detalha o trabalho da Subcomissão do Cinema, criada em 1999 no âmbito da Comissão de Educação e trans-

formada em permanente em dezembro do ano passado.

O documento foi elaborado com base nas audiências públicas realizadas pela subcomissão, que, segundo Alcântara, contribuiu de maneira decisiva para debater os destinos da indústria cinematográfica brasileira. Alcântara ressaltou a proposta, surgida na subcomissão, de criação de uma agência reguladora ou

de fomento para o setor cinematográfico brasileiro.

Esse órgão, salientou, deve ser capaz de criar políticas dinâmicas que apresentem novos caminhos à produção audiovisual. Para ele, o espaço aberto pelo Senado para esse debate transformou-se em "uma tribuna permanente em defesa da cultura, da soberania intelectual e da capacidade criativa do país".

Geraldo Melo saúda formandos de Direito do RN

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) saudou em Plenário a visita ao Congresso de formandos de Direito de universidade do Rio Grande do Norte. Para ele, no momento em que o Legislativo vem sendo "apedrejado" por todos os lados, é importante que estudantes se interessem em conhecer uma instituição fundamental para a democracia. "Para ser preservado e respeitado pelo povo, é preciso que o Congresso seja conhecido", declarou, desejando "uma carreira brilhante" aos alunos.

O senador Maguito Vilela (PMDB-



GO) também cumprimentou os visitantes. "Vejo jovens inteligentes que irão ajudar muito o país a fortalecer a democracia, o Direito e as liberdades públicas", comentou.

Melo, aos estudantes: "É preciso que o Congresso seja conhecido"



Prefeito paraibano dá exemplo de boa gestão, afirma Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apontou a atuação do prefeito José Ferreira da Silva, de São Domingos do Cariri (PB), município de cerca de 4 mil habitantes, como exemplo para outros administradores públicos. "Se quisermos sintetizar o que por lá ocorre, bastaria dizer que competência, honestidade e criatividade juntaram-se para provar, a todos nós, ser possível administrar com poucos recursos", disse o senador.

Registrando que São Domingos do Cariri transformou-se em "canteiro de obras", Ronaldo acrescentou que, na cidade, a saúde merece atenção especial: a Unidade Mista de Saúde José Isidoro dos Santos foi ampliada e agora conta

com dois consultórios médicos, gabinete odontológico e salas específicas para curativos, enfermagem, farmácia e vacinação.

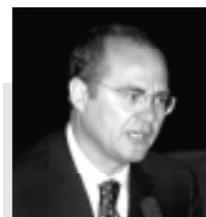
Também foram construídos, segundo o senador, matadouro público, mais de 100 casas populares, cisternas, escolas, poços artesianos, postos de serviços, praças e ruas urbanizadas, agência dos Correios e cerca de 100 mil m² de calçamento, o que equivale a praticamente toda a área urbana do município.



Ronaldo Cunha Lima: "Canteiro de obras"

Renan Calheiros homenageia cônego falecido em Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) registrou ontem em Plenário o falecimento, na semana passada, do cônego Teófilo Augusto de Barros, às vésperas de completar 89 anos de idade. Calheiros destacou que o cônego foi professor da Universidade Federal de Alagoas e de diversos colégios do estado, além de ter fundado várias escolas, sendo responsável direto pela criação de 36 ginásios em diferentes municípios de Alagoas.



Calheiros ressaltou a ação de Teófilo Augusto de Barros como educador

— Os adjetivos da língua portuguesa são poucos para expressar quem era o cônego — disse Calheiros.

De acordo com o senador, Teófilo Augusto de Barros passou grande parte de sua vida dedicado ao ensino de diversas matérias. Entre elas, Matemática, Latim, Literatura Grega, Sociologia e História. Para ele, o cônego deixou um importante exemplo em favor de uma sociedade mais justa e humana.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h — *Saúde/Unip* — Alcoólicos anônimos — Parte 2
6h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Pedro Simon e o jornalista Luiz Gutemberg falam sobre o livro *Quem é Pedro Simon*
7h30 — *Entrevista* — O professor Marco Dilásio fala sobre fontes alternativas de energia
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoólicos anônimos — Parte 2
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Sabatina do procurador-geral, Geraldo Brindeiro (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Gustav Mahler — Parte 1
19h30 — *Cidadania* — A professora e escritora Lucília do Carmos Garcez e o professor Francisco Peixoto falam

sobre a Língua Portuguesa e o ato de escrever
20h30 — *Entrevista* — O professor Marco Dilásio fala sobre fontes alternativas de energia
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Espaço Cultural* — Orquestra de Saxofones
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Catarina
24h20 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Gustav Mahler — Parte 1

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Ademir quer recursos para combater a pobreza, não para pagar juros

Parlamentares abdicam do poder de discutir a essência das propostas do governo, segundo avalia o senador ao comentar a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ao comentar a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002 no Congresso, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou que os deputados e senadores tivessem abdicado de seu poder de discutir a essência das propostas do governo. "Foi uma absoluta falta de responsabilidade aceitar que o governo reservasse R\$ 31,5 bilhões para pagamento de juros, ao invés de destinar essa soma para projetos em proveito da população", disse.

Ademir comparou essa cifra com os R\$ 4 bilhões anuais que o Congresso aprovou para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, considerando um paradoxo que as duas votações tenham ocorrido na mesma quarta-feira (dia

27). "O Congresso foge de seus deveres de atender à população e vota os projetos do jeitinho que a equipe econômica do governo ordena", afirmou.

Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostraram, segundo Ademir, haver no Brasil 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, das quais 22 milhões sobrevivem com menos de R\$ 2 por dia. Segundo o Ipea, bastariam R\$ 33 bilhões, gastos num ano, para mu-



Ademir: "Parlamentares se submetem ao Executivo para se reeleger"

dar radicalmente esse quadro. "Por que destinar o superávit orçamentário para pagamento de juros e não para acabar com a pobreza?", perguntou.

Para o representante do Pará, até mesmo esses R\$ 4 bilhões do fundo não serão usados para minorar a pobreza. Ele disse que o orçamento já destina recursos para projetos de erradicação de doenças, distribuição de cestas básicas e construção de casas populares, por exem-

plado. O governo vai deslocar essas verbas para figurar como rubricas do fundo e usará os R\$ 4 bilhões como quiser, como fez com os recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que deveriam ter aumentado os recursos destinados à saúde e não foram usados com esse objetivo, comentou.

Ademir afirmou que, para um país ser civilizado, precisa de um Parlamento forte para determinar como o Executivo deve gerir o montante dos impostos que arrecada. "No Brasil, ao contrário, os parlamentares se submetem ao Executivo, obedecem às suas ordens porque precisam dele para obter cargos e favores, para sobreviver e se reeleger", comparou.

Antonio Carlos Júnior diz que ética na política marca atuação de seu pai

O discurso de estréia do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), suplente e filho do ex-senador Antonio Carlos Magalhães — que renunciou ao mandato em virtude de denúncias envolvendo a violação do painel eletrônico do Senado —, foi marcado pela defesa do talento político, da honestidade, da probidade administrativa do ex-senador e do trabalho que, segundo afirmou, seu pai realizou em favor do Congresso Nacional, da Bahia e do país.

Para o senador, Antonio Carlos Magalhães marcou presença na vida pública nacional "pela coragem de falar a verdade e pela franqueza com que trata a todos, aliados ou adversários, mas sempre de maneira honesta". Ele disse que o seu pai decidiu renunciar ao mandato já que tinha detectado o que chamou de um provável processo de linchamento político.

— Foi um autêntico jogo de cartas marcadas e de decisões tomadas para atender interesses subalternos, com a clara intenção de tentar calar uma voz que jamais deixará de denunciar a corrupção e a incompetência dos

governantes — desabafou Antonio Carlos Júnior, para quem o seu pai possui inegável história de sucessos políticos e administrativos.

Antonio Carlos Júnior disse que os frutos do trabalho deixados pelo seu pai ao longo dos últimos anos já começam a ser colhidos pela sociedade. Como exemplo, citou a aprovação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, idealizado pelo ex-senador, e a luta por melhor salário mínimo. Os debates em torno da adoção de um orçamento impositivo e da revisão da imunidade parlamentar, de modo a garantir apenas aos congressistas a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, também foram de iniciativa de Antonio Carlos Magalhães, acrescentou o senador.

O orador lembrou que foi o seu pai quem defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário que, observou, trouxe à sociedade inúmeras irregularidades e distorções, como o desvio de verbas na construção de prédios públicos, o nepotismo, a indústria dos alvarás de soltura, a concessão de

indenizações milionárias e o desvirtuamento das adoções internacionais.

Antonio Carlos Júnior garantiu que continuará a defender as idéias de seu pai e aquilo que, segundo disse, foi bandeira do ex-senador durante toda a vida pública: a ética na política e, principalmente, no Senado. "Tem sido constrangedora a situação por que passa esta Casa, com o noticiário denunciando graves irregularidades que envolvem, inclusive, sua própria presidência", alfinetou.

O senador disse também que irá lutar contra o desemprego e pelo fim das desigualdades regionais, combater o sistema tributário — que, observou, privilegia estados ricos em detrimento dos mais pobres —, defender uma política de incentivos à produção de energias renováveis e medidas concretas que ponham fim ao flagelo da seca.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, disse que a Bahia está bem representada tendo um senador como Antonio Carlos Júnior. Também os senadores Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR) fizeram votos para que Antonio Carlos Júnior possa concretizar, no Senado, todos os seus projetos.



Antonio Carlos Júnior: frutos do trabalho de ACM estão sendo colhidos

Suplicy decide pagar sessões de psicanálise

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou nota oficial participando à direção do Senado sua decisão de arcar com as despesas relativas a seu tratamento psicanalítico. Ele afirmou ter solicitado a reversão da transferência de R\$ 1.960,00 depositados em sua conta, referentes às sessões de análise realizadas no primeiro semestre.

Suplicy afirmou que a psicanálise constitui um dos avanços mais importantes da Humanidade. "O tratamento me tem feito um enorme bem e pretendo continuar a ter sessões, mas não mais pedirei ressarcimento das despesas ao Senado, embora esse pagamento seja um ato legal."



Suplicy: "Tratamento me tem feito um bem enorme"

Hartung: balanço no Senado é negativo

Ao analisar ontem a atuação do Congresso no primeiro semestre, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) mencionou alguns pontos positivos, mas salientou que o balanço, especialmente do Senado, é negativo. Para Hartung, que propôs



Paulo Hartung aponta perda de tempo com problemas internos

a implementação de uma agenda mínima de votações e debates no segundo semestre, o Senado está desgastado, passando à sociedade uma imagem de improdutividade.

— Passamos tempo demais tentando resolver problemas internos — disse, citando o caso da violação do painel eletrônico e as acusações contra o presidente do Senado, Jader Barbalho. Hartung listou o que considera aspectos positivos — e pontuais — na atuação da Casa no primeiro semestre. Entre eles, estariam a aprovação do Estatuto da Cidade e da reposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a limitação ao uso de medidas provisórias.

O senador afirmou que o Poder Legislativo tem se omitido no trato dos problemas nacionais. Ele citou, entre os temas importantes, a adesão do Brasil à Área

de Livre Comércio das Américas (Alca), que poderá influenciar a vida da população nos próximos 50 a 100 anos.

Hartung apontou ainda para a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata da captação de crédito, fundamental para a renovação do parque industrial. A crise urbana e a correção do Imposto de Renda, que acabou sendo adiada para o segundo semestre, também foram mencionadas pelo senador.

Ele ressaltou que o país atravessa um período de grave crise, de contornos políticos e econômicos. Dizendo torcer para que o governo brasileiro reaja, Hartung apontou para a crise cambial, que traz nervosismo ao mercado. O senador pelo PPS saudou a tentativa do Banco Central de frear a alta do dólar, mas cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso a realização da reforma tributária.

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) apoiou Hartung, enumerando ainda outros temas a serem apreciados pelo Senado no próximo semestre, como as reformas tributária, previdenciária, legislativa e judiciária.

Moreira Mendes denuncia falta de tratamento para doentes renais crônicos

Senador critica o Ministério da Saúde por não efetuar reajustes nos preços dos serviços de hemodiálise e informa que 54 mil pacientes deixam de ser atendidos no país

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou em Plenário, ontem, que há 54 mil doentes renais crônicos sem tratamento no Brasil. Ele criticou o Ministério da Saúde por não efetuar reajustes nos preços dos serviços de hemodiálise.

Segundo o senador, dos cerca de 100 mil doentes brasileiros, somente 46 mil têm acesso a aparelhos de hemodiálise. O restante morre por falta de máquinas, de clínicas especializadas e até de médicos. Ele afirmou que há discriminação contra o setor por parte do Ministério da Saúde, que se recusa a reajustar os preços pagos por cada sessão de hemodiálise,

enquanto os preços de outros procedimentos ambulatoriais e hospitalares são corrigidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele apresentou requerimento de informação ao ministério, pedindo as tabelas de procedimento do SUS nos setores ambulatorial e hospitalar.

De acordo com o senador, nos Estados Unidos o preço de uma sessão de hemodiálise, com os mesmos equipamentos e procedimentos utilizados no Brasil, é de US\$ 170. Em países como Argentina, Uruguai e Paraguai, os custos alcançam US\$ 140. No entanto, o SUS paga aos hospitais apenas o equivalente a US\$ 40 por sessão.

Para Moreira, isso tem provocado o fechamento de clínicas que realizam tratamento de pacientes renais crônicos.

— Em Rondônia, por exemplo, existe apenas uma clínica especializada para atendimento de toda a população e, mais grave, nenhum hospital público oferece tratamento aos pacientes portadores de insuficiência renal crônica — disse, lem-



Moreira Mendes diz que em Rondônia existe apenas uma clínica especializada

brando ainda que os planos de saúde recebem ressarcimento, por sessão de hemodiálise, de US\$ 70.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) elogiou o discurso de Moreira Mendes, apontando para o alto custo dos tratamentos renais. Ele lamentou também que os planos de saúde evitem a cobertura de doenças renais crônicas.

Nova lei garante horas extras para mulheres

O presidente da República sancionou sem vetos, na quarta-feira, lei aprovada pelo Congresso Nacional que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e permite a realização de horas extras por mulheres trabalhadoras. A lei revoga o artigo 376 da CLT, acabando com a distinção de normas e estabelecendo o princípio da isonomia entre mulheres e homens. O artigo estabelecia parâmetros, cálculos e regras para definir a quantidade máxima de horas extras diárias e anuais. Para a relatora da matéria no Senado, senadora Maria do Carmo (PFL-SE), a supressão do artigo não implica a retirada de direitos assegurados às trabalhadoras. Pouco eficaz, o artigo era totalmente desnecessário, acrescentou, assinalando que não há qualquer impedimento legal para a realização de trabalho extraordinário pela mulher, bastando firmar acordo escrito entre empregador e empregada ou convenção coletiva de trabalho.

Correção do FGTS será sancionada hoje

O presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona hoje, às 11h30, em solenidade no Palácio do Planalto, lei aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado que permite a reposição das perdas que os trabalhadores tiveram no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em consequência dos planos Verão e Collor I. As perdas foram estimadas em R\$ 42 bilhões e reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. Para complementar a atualização monetária nos saldos das contas desse fundo, a lei que será sancionada institui contribuições sociais para empregadores e empregados. Também prevê a autorização de créditos nas contas vinculadas dos trabalhadores e a remuneração dos saldos com juros e correção monetária a serem igualmente creditados nas contas pela Caixa Econômica Federal (CEF). A CEF terá prazo até 30 de abril de 2002 para divulgar aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito.

Jucá pede apoio federal contra aftosa em Roraima



Jucá critica governo estadual pelo atraso na vacinação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ontem ao ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratiní de Moraes, para que apóie o

governo de Roraima na tarefa de vacinação do rebanho bovino do estado, onde foi recentemente detectado um foco de febre aftosa. O parlamentar criticou o governo estadual pelo atraso no programa de vacinação do rebanho roraimense e advertiu que, se não forem tomadas iniciativas drásticas, “isso resultará em enormes prejuízos para a economia local”.

— Quero fazer de público esse apelo, porque entendo que é fundamental o controle da aftosa, sobretudo nas regiões de fronteira, onde fica o estado de Roraima — ressaltou o senador.

No mesmo pronunciamento, Jucá registrou o 19º aniversário do município de Mucajá, segundo ele de extrema importância para a produção agrícola de Roraima. O senador parabenizou o prefeito da cidade, Cido Lopes, e todos os veedores pela data.

Nova da Costa recorda ação do governo Sarney contra as desigualdades regionais

A chamada Nova República, primeiro governo após o regime militar, notabilizou-se por políticas visando à redução das desigualdades regionais, analisou ontem o senador Nova da Costa (PMDB-AP). Ele fez um histórico das realizações



Nova da Costa: “Projetos setoriais só funcionam se estiverem articulados”

do governo do presidente José Sarney para reduzir as diferenças de desenvolvimento entre o Sul e o Sudeste e as regiões mais pobres do país, especialmente o Norte.

— Foi um governo que se baseou na importância de políticas de desenvolvimento regional, mostrando que os projetos setoriais só funcionam se estiverem articulados — disse o senador, salientando que, passados mais de dez anos do governo Sarney, o problema continua “na ordem do dia”.

Nova da Costa observou que as ações de desenvolvimento regional promovidas pelo então ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, ain-

da hoje seriam pertinentes. Os programas previam a redução dos desequilíbrios internos na Região Norte, recordou, com enfoque para o crescimento da Zona Franca de Manaus e a construção de ferrovias.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também elogiou o governo Sarney, destacando a criação das universidades federais de Roraima e do Amapá. Mozarildo disse ainda que, apesar de dificuldades de planejamento, o governo Fernando Henrique Cardoso demonstrou atenção com Roraima, liberando verbas para a pavimentação de estradas.

Maria do Carmo elogia “economia de comunhão”

O Movimento Focolares, que abrange 182 países e reúne pessoas de todas as idades, a maioria católica, adota um projeto — economia de comunhão — que dá importante solução para o problema da pobreza. A referência foi feita ontem pela senadora Maria do Carmo (PFL-SE), que, com outros integrantes da comissão mista que estudou as causas estruturais da pobreza no país, visitou o centro nacional do movimento, nas proximidades de São Paulo.

Segundo a senadora, a economia de comunhão nasceu em 1991 no Brasil, durante visita de Chiara Lubich, fundadora e presidente do Mo-

vimento Focolares. Na economia de comunhão são criadas empresas para utilizar as capacidades de todos de produzir juntos riquezas destinadas aos que se encontram em dificuldades. Parte do lucro é utilizada para ajudar pessoas necessitadas enquanto não conseguem emprego, outra parte usada para construir estruturas para a formação de “homens novos, capazes de viver a cultura do dar, da partilha”, e a terceira parte aplicada



Maria do Carmo destaca iniciativa do Movimento Focolares

no incremento da empresa, explicou.

— A experiência da economia de comunhão, com as particularidades derivadas da espiritualidade da qual provém, coloca-se ao lado de numerosas iniciativas individuais e coletivas que procuram humanizar a economia — afirmou.

Em aparte, o senador Nova da Costa (PMDB-AP) disse que, como cristão, parabenizava o discurso de Maria do Carmo, que considerou um incentivo para que as pessoas seguissem esse caminho.